

O ASILO DE S. JOÃO DO PORTO

ENTRE A NOVA PEDAGOGIA E O HIGIENISMO (1890-1926)*/**

MARIA JOSÉ MOUTINHO SANTOS***

Resumo: Estuda-se a singularidade de uma instituição de solidariedade e beneficência para menores em risco – o Asilo de S. João; a análise fundamenta-se no acervo do arquivo da instituição, criada em 1891 na cidade do Porto pela Maçonaria, num contexto internacional de discussão pluridisciplinar sobre os menores em risco, e de experiências inovadoras face à escola. O texto analisa os princípios orientadores e diversas práticas educativas inseridas já na programação da «nova pedagogia» e do higienismo, mostrando a modernidade das opções tomadas.

Palavras-chave: Asilo; Higienismo; Maçonaria; Pedagogia.

Abstract: This article explores the uniqueness of a charitable, social solidarity institution for children at risk, the «Asilo de S. João» (St. John's Asylum), founded by the Freemasonry in 1891, in Porto. It was created within an international context of multidisciplinary discussion on minors at risk, and innovative experiences with regard to schooling. The analysis is based on the documents held in the institution's archives, examining the guiding principles and various educational practices already embedded in the programming of the «new pedagogy» and public hygiene, showing the modernity of the choices made at the time.

Keywords: Asylum; Public hygiene; Freemasonry; Pedagogy.

Fecundo foi o trabalho e recompensada nos pareceu a perseverança de todos os que curaram da delicada cultura física e moral dos internados. D'aquela morbida languidez em que arrastam o viver os tristes predestinados da doença, resulta já a alegria e o vigor que uma higiene cuidada pode sersir bem em carnes enfraquecidas...

(Relatório e Contas Associação Protectora do Asilo de S. João 1895-1896)

INTRODUÇÃO¹

Os estudos sobre a condição dos menores² desvalidos, em risco moral ou delinquentes adquiriram a partir do último quartel do século XIX uma dimensão internacional expressa, quer na atividade de múltiplos congressos, quer na publicação de numerosos artigos em revistas científicas do âmbito do direito, da psiquiatria forense, da pedagogia, da medicina, da antropologia criminal, da criminologia etc., envolvendo, para lá dos especialistas daquelas áreas, políticos, intelectuais, filantropos, homens da Igreja, publicistas. A imprensa periódica generalista assumiu também o seu papel ao divulgar esses trabalhos e, paralelamente, a crónica pungente dos quotidianos de muitos desses menores nas cidades de maiores dimensões, em quadros que a questão social vinha reproduzindo de forma preocupante.

* Este texto insere-se no meu projeto Os menores desvalidos, em risco moral ou delinquentes em Portugal (sécs. XIX-XX) de que já foram publicados diversos estudos para os quais este trabalho também se reporta: SANTOS 2010, 2012a, 2012b.

** O Asilo de S. João, hoje designado Internato de S. João, permanece como uma instituição de acolhimento de menores, mantendo a sua sede histórica na rua da Alegria.

*** Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CITCEM. Email: mjsantos@letras.up.pt.

¹ O texto da Introdução é retomado do livro *Memórias do Internato de S. João do Porto 1890-1974*, p. 35.

² Como tenho explicitado em trabalhos anteriores, o sentido da expressão *menores* é aquele que é contemplado nos artigos 41º, 42º, 43º do Código Penal de 1886.

A discussão gerada em redor destas problemáticas iria apontar em diversos sentidos, mas tornou-se evidente a necessidade de adoção de medidas adequadas de institucionalização desses menores, quer como ação repressiva, no caso dos delinquentes, quer como atuação preventiva e de proteção das crianças e jovens orfãos, abandonados ou inseridos em famílias corruptoras, ou simplesmente fragilizadas pela miséria, pela doença, pelo abandono, ou pela morte de um, ou até dos dois progenitores. Neste contexto, assistiu-se na Europa ao surgimento de instituições de iniciativa pública ou privada, religiosa ou laica, para acolhimento de crianças, cujos promotores assumiram um projeto de futuro para elas, proporcionando-lhes instrução, educação moral e religiosa e uma formação profissional, dentro ou fora de portas, preparando-as para se tornarem cidadãos úteis à sociedade, numa linha que se afastava, pelo seu pragmatismo e pretendida cientificidade, das fórmulas que vinham caracterizando há muito a assistência de cariz caritativo.

É bem conhecida, porém, toda a complexidade do processo, quer pelo que dizia respeito às famílias – bastando recordar os escolhos levantados pelo inexpugnável reduto do pátrio poder, ou a «utilização» por parte delas das instituições de acolhimento de acordo com as suas estratégias de sobrevivência –, quer pelas características de muitas dessas instituições que, ao invés de proteger, abusavam ou permitiam abusos sobre os menores que era suposto estarem sob a sua proteção.

No eco das vozes de resposta, percebem-se claramente vários tons, que se traduziram num importante discurso multidisciplinar ao nível internacional.

Na década de 1880 esse discurso teve eco em Portugal sendo perceptível uma abertura crescente da opinião pública à problemática social que se agudizara pela gravidade dos contextos, sobretudo nos centros urbanos onde se fazia sentir já o peso da industrialização³. Com esse cenário, a beneficência privada continuaria a desempenhar um importante papel, face à escassez da ação assistencial dos poderes públicos, falhos de estruturas e de capacidade financeira.

Essa beneficência privada atuou na cidade do Porto, quer apoiando as instituições já existentes, quer direcionando-se para a criação de novos estabelecimentos, tanto mais que a miséria entre os menores tinha uma enorme e dolorosa visibilidade e se entendia que a institucionalização era a fórmula mais completa da assistência. Crianças e jovens enfezados, doentes, rotos e imundos, fugidos à escola faziam parte do quotidiano da cidade e eram um estigma para o futuro.

É com este pano de fundo que assistimos ao surgimento do Asilo de S. João no Porto (ASJ), criado pela Maçonaria no início da década de noventa dirigido a crianças do sexo masculino, em condições de orfandade ou de manifesto desamparo, provenientes da cidade e distrito, que podiam ser admitidos, de acordo com os primeiros Estatutos de 1891, entre os cinco e os sete anos e permanecer no asilo até aos quinze. Os promotores da Instituição eram todos Maçons das Lojas do Vale do Porto, mas de diferentes sensibilidades políticas, em que se incluíam muitos republicanos, que viriam a agrupar em redor de si, como sócios da Associação Protetora do Asilo, personalidades ligadas ao saber jurí-

³ Cf, por exemplo as intervenções de Rodrigues de Freitas em *O Comércio do Porto* sobre a situação das classes pobres.

dico e médico, à cultura, ao jornalismo, ao ensino e também à burguesia dos negócios e da indústria, para lá de outros benfeitores.

A instituição abriu as suas portas em 24 de Junho de 1892, na mesma altura em que o fizeram o Asilo Profissional do Terço e o Municipal, ambos também para menores do sexo masculino. Contudo, o de S. João foi marcado tanto pela singularidade de alguns dos seus princípios orientadores quanto por algumas das suas práticas em favor dos educandos, devendo a análise desses «sinais particulares» levar-nos a percorrer os contextos ideológicos que marcaram o tempo da sua assunção e dos seus anos «republicanos».

Sabemos que as questões em redor dos menores, que tão fortemente interessaram o último quartel do século XIX e as primeiras duas décadas do século XX, corporizaram uma nova mentalidade racionalizadora, herdeira dos avanços científicos dos finais do século XIX. Não foi apenas a dimensão de uma legislação europeia que, desde essa época até aos inícios da 1.^a Guerra, marcou decisivamente uma nova postura dos Estados em relação à proteção dos menores. Foi também a tónica dada ao valor da educação e da instrução das crianças e dos jovens, moldadas numa pedagogia científica e em princípios higienistas capazes de providenciar a instrução mais adequada, mas também ajudar na formação das virtudes cívicas, dos valores morais indispensáveis ao exercício de uma cidadania plena, num terreno tão carente como o da pobreza e da orfandade. Estas perspetivas, que são particularmente relevantes no caso do Asilo de S. João, como se verá adiante, marcaram também o desejo de rutura com a escola tradicional, através de um percurso assaz aventuroso, por caminhos que deviam refazer o conceito da prática pedagógica, do espaço educativo, do tempo social e cronológico da escola, para promover o bem-estar, a saúde, as condições higiénicas e alimentares das crianças, a sua feliz aprendizagem. Deveria nascer daqui uma cultura organizacional, centrada essencialmente na criança e no jovem, encarados nas suas especificidades e nas suas capacidades, preparando-lhe o futuro, mesmo o dos mais desafortunados. Para estes, a perspetiva filantrópica, em que se integrava a da maçonaria, mantendo a ação benemérita através de instituições asilares, procurou promover a instrução e uma educação para o trabalho como meio de prevenção de comportamentos desviantes, de «ortopedia moral», capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais perfeita. Para as crianças, um teto, o pão, a higiene, o conhecimento, a conquista da dignidade pelo trabalho, a formação do carácter, deveriam ser peças dessa construção.

Este conteúdo programático marcou a diferença em relação aos objetivos e às práticas em uso em muitos dos estabelecimentos de internato educativo, onde as crianças recebiam apenas rudimentos de instrução e de educação moral e religiosa, eram alojadas em más condições, não dispunham de alimentação abundante nem adequada, tinham de participar na limpeza e manutenção dos edifícios, sujeitas por vezes a trabalhos penosos para a sua idade, podendo sofrer severas medidas disciplinares sem que, por vezes, dispusessem na hora da saída de uma real formação para a vida.

No que concerne ao Asilo de S. João, atente-se, desde logo, que não é visível na documentação da Instituição, talvez como fosse expectável, um discurso teórico inicial indicador das preocupações da Associação em relação às crianças que pretendia acolher⁴. Contudo, o texto fundador – Estatutos de 1891 –, como um pouco mais tarde o Regulamento

Interno de 1902 e, em 1917, os novos Estatutos foram claríssimos de pragmatismo quanto às diretrizes assumidas e aos objetivos que pretendiam atingir. Há princípios orientadores defendidos desde a primeira hora, como quando se declara a intenção «de lhes gravar no coração os sentimentos de carinho, de trabalho, de economia, de docilidade, de respeito, de honra e consideração» para com os demais, num programa que devia proporcionar a sua consciencialização cívica. Em 1900, pouco após a morte prematura de António de Sequeira Ferraz, Maçon e sócio da Associação Protectora, que pode ter sido, enquanto professor e pedagogo, o «teórico» dos primeiros anos do ASJ, e numa altura em que pareceu de toda a necessidade ter conteúdos programáticos precisos, a Direção solicitou a Bernardino Machado a sua ajuda, «pedindo (...) a sua opinião sobre a melhor orientação a imprimir à educação das creanças asyladas e o seu conselho sobre o que interessa à moral e à saúde e orientação dellas».

Logo nos Estatutos de 1891 se estabelecia o propósito de proporcionar aos educandos uma educação física, moral e intelectual que os habilitasse para «as lutas da vida», comprometendo-se a Associação, dentro dos limites da sua receita ajudar aqueles que desejassem prosseguir estudos ou seguir uma carreira artística. Na primeira etapa da sua vida de «asylados» a atividade escolar surgia como ponto central da sua formação, devendo incorporar um ensino que permitia o encontro, para lá da sala de aula, com «os factos e a experiência», através de visitas a fábricas, passeios pela natureza, trabalhos manuais (privilegiando a marcenaria), o teatro, a manutenção de uma pequena horta e jardim, etc. O passo seguinte assentava na formação profissional, que se pretendia realizada fundamentalmente em atividades ligadas ao comércio, podendo cada um, no termo da sua formação escolar básica escolher, em completa liberdade, a profissão que mais gostaria de exercer no futuro. A Associação procurava, dentro do possível, dar-lhes a preparação mais adequada, através de um aprendizado prático no exterior da instituição.

Mas, para lá dos princípios, havia também aspetos da gestão quotidiana do ASJ, como já foi referido, que apresentavam diferenças com o que se fazia noutros lugares. O *Regulamento* vedava aos educandos ocuparem-se com tarefas domésticas, pois essas eram consideradas da competência dos criados, proibindo também aos empregados dirigirem-se às crianças com «insultos ou exercer sobre elas qualquer acto de violência»⁵. Da mesma forma, desde a abertura do Asilo, os educandos foram mantidos em regime de internato, impedidos de se deslocarem a casa, de forma a afastá-los dos meios deletérios de onde muitos deles provinham, para que fosse possível manter sobre eles uma influência contínua e global que pudesse dar frutos⁶.

⁴ Nos primeiros anos o Asilo admitiu apenas dez crianças, pelo receio dos fundadores de não terem meios para sustentar a casa, mas os apoios recebidos permitiram um ano depois o aumento do número de recolhidos para quinze, em 1902 para trinta e, a partir de 1914, quarenta, número que viria a manter-se até 1932.

⁵ Recorde-se que estas foram as exatas palavras do Regulamento da Escola – Oficina n.º 1, tais como as «Instruções Regulamentares Provisórias do Serviço dos Empregados Menores das Escolas Centrais do Município de Lisboa», de 1882, art. XVIII que referiam ser «absolutamente defeso aos empregados menores maltratarem por qualquer forma os alunos ou imporem-lhes castigos de qualquer natureza...».

⁶ Confira-se que o regime de internato estava inserido nas «30 características para conhecer uma Escola Nova», publicado na revista «Educação» de Julho e Agosto de 1929.

EDIFÍCIOS. PARA LÁ DOS BONS ARES: SALUBRIDADE, HIGIENE, CONDIÇÕES PEDAGÓGICAS

Se o Relatório das Inspeções Escolares de 1888-89 veio recordar a situação deplorável de uma parte importante das escolas primárias do ensino oficial, vinha-se assistindo internacionalmente à produção de numerosos textos que salientavam as nefastas consequências, ao nível da aprendizagem e do desenvolvimento físico, da permanência das crianças em instalações velhas, insalubres e de todo inadequadas para a missão do ensino. Progressivamente, o discurso higienista foi-se apossando da «escola», nomeadamente das suas condições ambientais. Sob o efeito dessas preocupações, mas também dos avanços pedagógicos teorizava-se, para lá da localização dos edifícios e da sua salubridade, sobre a sua estrutura, organização interna, equipamento e mobiliário, etc. Refletindo por certo essas inquietações, a publicidade aos colégios particulares, bem como os seus prospetos informativos, planos de estudo e regulamentos, iam surgindo com indicações cada vez mais precisas às condições dos estabelecimentos, com «bons ares», espaços exteriores de «quintal e jardim para recreio», «paradas» para exercícios ginásticos, asseio dos dormitórios, facilidades para a manutenção da higiene pessoal dos alunos, posse de «boas e espaçosas salas de aula», bem como de equipamento e material escolar «moderno», cuidados com a alimentação dos educandos, etc.⁷.

Com todo esse contexto, entende-se que as preocupações higienistas viessem a contribuir também para determinar a escolha e o arranjo do primeiro edifício onde se instalou, em 1892, o Asilo de S. João apesar da modéstia dos recursos da Associação Protectora. Tratava-se de uma casa com um amplo quintal e um jardim⁸, situada no alto da Rua da Alegria, paredes meias com a Escola Normal, onde antes sedeara um Colégio, local referenciado pelos promotores como um dos mais saudáveis da cidade, adequado para o bem-estar das crianças que, no dizer da Associação, chegavam em geral anémicas e atrofiadas, pela escassez de recursos das pessoas que delas cuidavam.

Depois de beneficiar de algumas remodelações, o edifício foi modestamente equipado. Contudo, algumas dependências vieram a merecer especial esmero, como o dormitório amplo, luminoso, arejado, com caminhas de ferro pintado e mesas de cabeceira, lençóis, travesseirinhas, almofadas e colchas de algodão, tudo «dentro da maior economia e do maior asseio». A foto magnífica captada por Aurélio da Paz dos Reis revela esse ambiente simples mas cuidado⁹, à exata semelhança de muitas das descrições apresentadas pelos colégios particulares, na mesma época, nas suas brochuras informativas.

A ênfase dada à instrução e educação das crianças pode explicar as diligências para a montagem da sala de aula, fruto igualmente de esmolas e donativos de amigos e benfeitores. Assim, e ao contrário de muitos estabelecimentos oficiais, «escolas pardieiros», insalubres, inóspitas, com uma permanente deficiência de material escolar, esta sala era arejada e luminosa e marcada pelo asseio e pela ordem que, como se pretendia, devia pro-

⁷ A este propósito confira-se o texto de Ferreira, 2003.

⁸ SANTOS, 2013, p. 54.

⁹ SANTOS, 2012, p. 54.

piciar condições de disciplina e aprendizagem, mas também de saúde às crianças. Dispunha de um estrado, quadro preto, um mapa «colorido» de Portugal, as ardósias individuais com as suas penas, cadernos de escrita, pautas caligráficas, uma *Cartilha Maternal* para cada um dos alunos, compêndios do *Systema Metrico*, réguas de madeira, um mapa de pesos e medidas, um mapa do Oceano Atlântico, uma esfera terrestre, material de desenho e uma pequena biblioteca de livros escolares que incluía compêndios de História e Corografia de Portugal e de Gramática Portuguesa.

No conjunto das instalações, faltava, contudo, um espaço importante. E disso a Associação tinha consciência. No Relatório referente a 1895/1896 o Secretário escreveu:

o Asylo está infelizmente privado ainda de uma enfermaria que satisfaça as mais elementares indicações de boa hygiene. Urge, aproveitando a boa situação do quintal, levantar uma enfermaria-barraca que poderia prestar relevantes serviços, mormente nas doenças infecciosas que infelizmente tão larga ceifa fazem anualmente na cidade.

Foi em 1918 que a mudança para um novo edifício¹⁰, – tendo como pano de fundo o diploma publicado no ano anterior contendo um conjunto de normas de índole técnica, higiénica e pedagógica, que deveriam ser seguidas nos edificios escolares –, pôs em relevo as diretivas e a preocupação dos corpos gerentes com a aplicação desse discurso médico-pedagógico.

Nessa sequência, os *Estatutos* de 1919 foram claros quanto à importância das questões higienistas. Ao longo do articulado, percebe-se a influência das diretrizes sugeridas para os estabelecimentos que congregavam crianças e jovens em internato, levando em conta não apenas a salubridade e a higiene dos locais, como as condições facilitadoras da higiene e asseio dos educandos, e os meios para a manutenção da sua saúde. Deste modo havia instruções sobre a distribuição dos dormitórios e dos quartos segundo as idades dos internados, a indicação da criação de vestiários, de lavatórios junto das camaratas, de balneários com cabines, de mictórios e retretes com autoclismo, de uma enfermaria, de uma dependência para curativos, de um gabinete médico, de um posto antropométrico e pedotécnico, ginásio, recintos cobertos e ao ar livre para recreio, um recinto para jogos, uma piscina, etc.

Enquanto esse ambicioso projeto não podia ser concretizado, o *Relatório e Contas* do ano económico de 1916-1917, referia-se já às intervenções feitas no edifício, nomeadamente a concretização das obras que implicavam a manutenção da salubridade e da higiene e os cuidados específicos com a saúde de todos. Neste sentido foi instalado um «higiénico quarto de banho» com cabines para chuveiro, tina para banhos de imersão, lavatórios, etc., mas também, por exemplo, filtros de água em todos os pontos da casa. Se bem que, sob o ponto de vista estético e de conforto ainda tinham muito pouco a mostrar, havia pelo menos «limpeza, asseio, muito ar e muita luz». O *Relatório* traduzia igual-

¹⁰ Situava-se na mesma rua e tinha sido residência de uma família conceituada da cidade, possuindo além de amplas acomodações, um belo jardim, quintal e poço.

mente o cuidado em adequar os espaços aos novos contextos e às novas filosofias, nomeadamente quando mencionou o refeitório:

À sala de jantar demos uma disposição mais consentânea com os modernos processos pedagógicos. Fizemos várias mesas onde os educandos são agrupados pelas suas idades, fazendo presidir essas mesas pelos Prefeitos e pelos internados mais velhos e mais bem comportados; ou ao referenciar uma parte do quintal: O amplo terreno do lado sul ensaibrámo-lo e transformámo-lo numa bela parada, destinada a recinto de recreio e de ginástica dos internados.

QUOTIDIANOS: ENTRE A DOENÇA, A HIGIENE E A CONSERVAÇÃO DA SAÚDE

Logo os primeiros Estatutos tornaram impeditiva a admissão de crianças portadoras de doenças contagiosas, incuráveis ou com deformidades que impossibilitassem o cumprimento das rotinas quotidianas, sendo exigido no ato da entrada um atestado médico e a certidão de vacina. Em boa verdade, havia crianças que chegavam débeis, magras e enfezadas necessitando de vigilância e de cuidados. Mas a Associação dispôs, logo desde a criação do Asilo, de um corpo clínico permanente, formado por sócios e amigos, que graciosamente acompanhava o estado das crianças, havendo igualmente diversos médicos especialistas da cidade que ofereciam os seus serviços sempre que necessário¹¹¹². Note-se que não se tratava de uma situação excepcional. Alguns destes médicos serviam outras instituições asilares da cidade, numa atitude que conjugava a filantropia com uma pragmática ação de medicina social e de profilaxia. Nessas ações os médicos controlavam as doenças sazonais e infantis que, pontualmente, exigiam cuidados continuados, prestados nos próprios asilos. Mas atuavam também em situações de alarme perante a suspeita de um surto epidémico. De qualquer forma, em caso de doença e até a condição da criança não ficar estável, havia uma visita diária do clínico «de escala», situação que pode ser comprovada nos registos do Livro dos Inspetores¹³. Desde o *Regulamento* de 1902 que os procedimentos para com os educandos doentes foram especificados em Capítulo próprio, remetendo para o Regente a responsabilidade dos passos a dar para proteger os doentes mas também os outros habitantes do Asilo. Em situações em que eram necessários maiores cuidados ou era exigido o isolamento das crianças, vários hospitais da cidade, como os da Ordem do Terço e S. Francisco ou o de Joaquim Urbano recebiam os educandos através de acordos graciosos.

No período aqui analisado não há notícia de nenhuma situação particularmente alarmante que tivesse posto em risco a comunidade, sob o ponto de vista sanitário. Os anos de

¹¹ Nos *Relatório e Contas* anuais surgia com enorme regularidade o agradecimento ao «Corpo Clínico». Em anos em que houve intervenções mais frequentes para acompanhamento de alguns educandos, veio referida a circunstância e os atos particularizados.

¹² Pelos Estatutos de 1919, o art. 95º referia: «Dirigirá o pôsto antropométrico e pedotécnico um facultativo que o Conselho Administrativo convidará para tal fim. As consultas médicas aos internados e ao pessoal residente no Asilo serão feitas por turnos de médicos sócios, a quem o Conselho Administrativo solicitará o favor dos seus prestantes serviços».

¹³ Os Inspetores eram membros da Direção que, por turno, visitavam diariamente o Asilo, registando a visita num livro próprio, bem como qualquer ocorrência fora da normalidade quotidiana.

1899 a 1901 decorreram sem especiais sobressaltos, tendo sido, no entanto, postas em prática algumas medidas profiláticas. Noutros anos, igualmente problemáticos em termos de saúde pública, não há notícias de episódios no ASJ. Aliás, os Relatórios anuais confirmam isso mesmo. Contudo, há menções de alguns casos isolados de doenças graves contraídas pelas crianças, tais como gastroenterites e meningites ou outras doenças como sífilis, tuberculose, e ainda as não especificadas mas referenciadas como «incuráveis». Neste caso, as famílias eram informadas e as crianças eram-lhes entregues definitivamente.

As doenças de pele, e sobretudo do couro cabeludo, foram as únicas a mostrar-se persistentes durante os primeiros anos, com contágios recorrentes a merecerem consultas a vários especialistas e tratamentos prolongados. A introdução de medidas simples, como os banhos de chuveiro e a desinfecção de roupas e bonés viriam a contribuir para a erradicação quase completa dos problemas.

Outras medidas profiláticas foram sendo aplicadas para a conservação da saúde dos educandos, que as Direções reconheciam, com frequência, chegarem ao Asilo bastante débeis. Deste modo, foi introduzido, logo no primeiro ano, o óleo de fígado de bacalhau, sendo que, o ASJ, como outros asilos, beneficiou de ofertas de muitos medicamentos e de preparados farmacêuticos de maior uso, por parte de médicos amigos e farmacêuticos, decerto refletindo também a ação da biopolítica no aumento progressivo da medicalização da população escolar.

A partir de 1918 foi introduzido o Boletim Médico-Antropométrico para controlar, da forma mais correta e adequada, o estado de saúde das crianças que iam ser admitidas e entender os seus antecedentes. Desta forma se fazia uma clara opção pela avaliação das crianças aplicando os métodos dos modernos estudos de pedagogia e psicologia experimental e higienismo. O Boletim contemplava os dados identificativos da criança e a profissão dos pais, a causa de morte do progenitor, informações sobre a hereditariedade, o meio social e influências a que o menor estivera sujeito, antecedentes pessoais concernentes a doenças, vacinação, evolução do crescimento, dentição, marcha, linguagem, carácter e inteligência, os resultados do exame físico (estatura, peso, condição dos aparelho digestivo, respiratório, circulatório, etc.), bem como os dados sobre o exame psíquico¹⁴. Os elementos mais relevantes sobre a condição médico-sanitária dos seis educandos com Boletim referem-se a «abdómen exageradamente volumoso», «constituição fraca», «excessivamente míope», «amígdalas hipertrofiadas», «cicatrizes de varíola», «inteligência acentuadamente rudimentar».

Tendo a medicina social procurado desde cedo divulgar os benefícios da organização das colónias de férias para as crianças mais desfavorecidas, o ASJ, como outros asilos, só no período do Estado Novo pôde realizar semelhantes iniciativas, ficando-se até lá pelas deslocações diárias à praia, durante quinze dias no verão, com o apoio da Companhia Carris de Ferro. No *Relatório* de 1895 é referido a propósito que «alguns dos internados pela sua constituição física débil e por conselho dos distintos clínicos tiveram que tomar banhos do mar». Como «o Asylo não podia arcar com essa despesa extraordinária

¹⁴ O Arquivo do ASJ apenas conserva 6 Boletins, todos respeitantes ao ano de 1918.

a direcção dirigiu-se ao digníssimo director da Companhia Carris de Ferro do Poro solicitando a sua coadjuvação nesta cruzada de bem». Os internados receberam, para o efeito, passes de circulação. Esta prática permaneceu mesmo quando a conjuntura económica e financeira impediu a Companhia de garantir viagens gratuitas. Nesses anos difíceis foram então seleccionadas apenas as crianças mais débeis para beneficiarem da ida à praia.

As condições alimentares vieram a suscitar também o interesse dos higienistas como elemento essencial na manutenção da saúde das crianças. A documentação do ASJ permite acompanhar as preocupações surgidas nesta matéria e as medidas aplicadas. Nos primeiros anos assiste-se à tentativa de fornecer uma alimentação abundante e de qualidade. A esse propósito, o Regulamento de 1902 era muito preciso, referindo que «os Inspectores teem a seu cargo velar para que a alimentação dos internados e de todo o pessoal seja abundante e sadia, de boa qualidade e bem preparada...». Para conseguir esses objetivos, a Associação foi dispendo da ajuda de muitos amigos e benfeitores que iam enviando os mais variados produtos: de pão a ovos e batata, peixe, carne, vinho, fruta, bacalhau, massa, etc.¹⁵. Porém, a conjuntura da 1.ª Guerra, os maus anos agrícolas, a consequente diminuição dos donativos deitaram por terra as hipóteses de ser cumprida uma planificação das dietas «com base científica» e, como aconteceu nos outros asilos e à maioria da população, desapareceram das mesas de refeição muitos alimentos cujo preço se tinha tornado proibitivo, enquanto outros, como a carne e o leite, diminuíram substancialmente¹⁶. Essas alterações são, aliás, detetáveis nos mapas anuais de despesas. Estas limitações provocaram a perda de peso das crianças, pelo que foi pedida a opinião médica para avaliar a justeza da alimentação fornecida, numa medida de vigilância alimentar tão cara aos higienistas. Em consequência, houve algumas alterações dentro da exígua disponibilidade financeira, sendo decidido fazer, por precaução, de quinze em quinze dias, a pesagem das crianças.

Em 1928, como ainda se faziam sentir grandes dificuldades, o Regente Eleutério Cerdeira¹⁷ apresentou à Direcção um modelo de tabela para a confeção de refeições realizado a partir de dados científicos, que procurava assegurar as necessidades básicas dos internados, levando em conta as (escassas) possibilidades da Instituição. Para isso utilizou a tabela de alimentação de Gautier para alunos internados e a fórmula de René Cruchet, patologista e pediatra francês, que indicava as substâncias simples (água, albuminoides, gorduras, hidratos de carbono) necessárias para alimentar um quilograma de peso do corpo de uma criança e dessa forma permitir obter a «ração ideal».

Da aprovação dessa tabela viria a surgir, no entanto, uma ementa muito pouco variada ao longo da semana, em que se repetiam os ensopados, o arroz de hortaliça ou bacalhau, a massa ou o feijão, a ausência de fruta, que era distribuída conforme as disponibilidades da produção do quintal próprio e das ofertas dos benfeitores.

¹⁵ Alguns estabelecimentos tornaram-se verdadeiros benfeitores pela regularidade com que enviavam alimentos. Sirva de exemplo a Padaria Aurora que durante vários anos, todos os meses forneceu «pão de trigo». *Relatório e Contas* de 1910.

¹⁶ O leite, administrado com cevada ao pequeno-almoço, passou a ser fornecido apenas entre Novembro e Fevereiro.

¹⁷ Eleutério Cerdeira esteve como Regente/Diretor de 1916 a 1929. A sua formação e os seus contactos com professores, médicos, pedagogos e pedagogistas deram-lhe, por certo, particulares condições para orientar as crianças do Asilo na linha da «nova pedagogia» e do higienismo.

Sirva de exemplo a ementa das segundas-feiras: almoço às 8h – farinha de pau com bacalhau e pão; lanche às 12h sopa e pão; jantar às 15h – arroz, bacalhau ensopado com batatas ou massa, e pão; ceia às 19h – sopa e pão.

Um outro tema importante envolveu pedagogos e higienistas num amplo debate: a questão do tempo escolar. Para lá do calendário anual que definia, entre as atividades letivas, os períodos de férias, havia que ter em conta a marcação dos tempos da jornada escolar que assinalavam os ritmos do trabalho pedagógico e dos recreios. Nos estabelecimentos com internato, como era o caso dos asilos, deveriam também ser contempladas as horas de estudo, das refeições e do repouso. No ASJ os horários das atividades diárias foram fixados, desde o início, pelos médicos que apoiavam a Associação. Contudo, registaram-se diversos ajustes (nomeadamente no número total de horas de sono e no horário de levantar e deitar) até à publicação do *Regulamento* de 1902, contemplando um horário de aulas (6 horas) que se enquadrava no disposto do Regulamento da Reforma de 1894, e mantendo a duração do tempo escolar diário entre as quatro e as seis horas numa sequência contínua ou dividida em sessões de três horas. No ASJ, eram ainda consideradas diariamente mais quatro horas de estudo entre a manhã e a tarde. O tempo restante era destinado às refeições – pequeno-almoço, almoço, jantar e ceia –, ao recreio (dividido em quatro períodos) e ao repouso, com nove horas de sono consideradas necessárias para crianças daquelas idades. Aos domingos e dias santificados havia missa, a visita dos familiares, recreio e passeio no exterior do Asilo.

Se bem que estes dados apontem para uma cuidada adaptação dos novos modelos pedagógicos, na verdade, como assinalai em trabalho anterior¹⁸, este horário não coincidia com a divisão real do tempo dos internados. As múltiplas presenças das crianças nos acompanhamentos de funerais, que se tornaram uma prática comum a várias instituições asilares para angariar donativos, condicionavam quer os tempos de estudo, quer os de recreio, falseando o programa inicial.

CONCLUSÕES

O Asilo de S. João surgiu numa época em que eram manifestas as preocupações, em largos setores da opinião esclarecida internacional, sobre a condição dos menores marcados pela pobreza, pela orfandade, pelo abandono e se apontaram as formas de os regenerar, proteger, educar e instruir. As respostas foram muito amplas e variadas, envolvendo um vasto leque multidisciplinar, num cadinho repleto de experiências e práticas inovadoras, num tempo que era, também, de novas experiências face à «escola».

O ASJ, criado pela iniciativa exclusiva das lojas maçónicas da cidade do Porto foi, antes de mais, uma resposta à problemática social que se agudizara na cidade, tendo a atuação da Associação Protetora sido orientada, desde o início, por motivações que eram intrínsecas à Maçonaria: fraternidade, beneficência, educação, *fazer o bem pelo amor do próprio bem*, como elementos de um projeto para uma humanidade renovada. Foi, além

¹⁸ SANTOS, 2012b.

disso, ou talvez por causa disso, uma realização que se pautou tanto pela singularidade dos seus princípios orientadores, quanto por algumas práticas que chegou a concretizar, procurando incorporar aspetos que marcavam a programação da «nova pedagogia» e do higienismo educativo, marcando indelevelmente a vida das suas crianças e dos seus jovens.

Estes objetivos, muito ambiciosos para uma instituição que vivia com poucas fontes de receita, pareceram tomar novo folgo com o advento da República, que viria reforçar com o seu ideário as intenções do ASJ para com os seus educandos. Contudo, esses objetivos acabariam por ser fortemente coartados e desvirtuados ainda no tempo da República mercê, sobretudo, das gravíssimas condições financeiras que se abateram sobre a instituição no contexto da Grande Guerra. Ficaram para trás memórias, que dão testemunho desse «programa de intenções» aplicado num cenário particularíssimo: o de uma instituição asilar de menores de filiação maçónica.

FONTES

Fundo Antigo do Internato de S. João do Porto*

Actas da Comissão Fundadora 1890-1892

Boletins Antropométricos 1918

Livro de Matrícula dos Sócios Fundadores 1891-1905

Livro de Matrícula dos Sócios Contribuintes 1891-1924

Livro do Tombo 1892-1905

Livros das Actas da Direcção 1892-1919

Livros das Actas da Assembleia Geral 1892-1919

Livros de Matrícula dos asilados 1892-1918

Livros dos Inspectores 1892-1899

Autos de entrega dos asilados 1892-1919

Livro de Registo das colocações 1897-1918

Relatórios e Contas 1893 a 1919

* O Fundo não possui quaisquer instrumentos descritivos

FONTES IMPRESSAS

Asilo de S. João no Porto – Regulamento Interno da Associação Protectora. Porto, 1902.

Estatutos do Asylo de S. João para a Infancia Desvalida. Lisboa, 1915.

Estatutos da Associação Protectora do Asylo de S. João para a Infancia Desvalida. Porto, 1909.

Estatutos da Associação Protectora do Asylo de S. João para a Infancia Desvalida. Porto, 1919.

FERREIRA, António Aurélio da Costa (1916) – *Gimnástica, Escola de Moral e de Civismo*. «Revista de Educação Geral e Technica: Boletim da Sociedade de Estudos Pedagógicos», série 5, 1 e 2, Lisboa.

MACHADO, Bernardino (1892) – *Introdução à Pedagogia*. Lisboa.

Relatório e Contas da Direcção da Associação Protectora do Asilo de S. João anos de 1893 a 1929.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Jorge Fernandes (2008) – *Ricardo Jorge e a Saúde Pública em Portugal. Um Apostolado Sanitário*. «Arquivos de Medicina», 22 (2/3). Porto, p. 85-90.

- ALVES, Luís Alberto Marques (2010) – *República e Educação. Dos princípios da Escola Nova ao Manifesto dos Pioneiros da Educação*. «Revista da Faculdade de Letras – História», 3.ª série, vol. 11. Porto: Faculdade de Letras da UP, p. 165-180.
- CANDEIAS, António (1994) – *Educar de outra forma: a Escola-Oficina nº 1 de Lisboa, 1905-1930*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- DUPONT-BOUCHAT, Marie-Sylvie; PIERRE, Eric (2001) – *Enfance et Justice au XIX siècle*, Paris, PUF.
- (2002) – *Du tourisme pénitentiaire à l'Internationale des philanthropes. La création d'un réseau pour la protection de l'enfance à travers les congrès internationaux (1840-1914)*. «Paedagogica Historica», 38: 2, p. 532-563.
- FERREIRA, António Gomes (2003) – *Higiene e Controlo Médico da Infância e da Escola*. «Cad, Cedes, Campinas», v. 23, n.º 59, p. 9-24.
- FIGUEIRA, Manuel Henrique (2004) – *Um Roteiro da Educação Nova em Portugal. Escolas Novas e Práticas Pedagógicas Inovadoras (1882-1935)*, Lisboa, Livros Horizonte.
- MOGARRO, Maria João (2010) – *Cultura material e modernização em Portugal (sécs. XIX-XX)* «Educatio Siglo XXI», vol. 28, n.º 2, p. 89-114.
- PINTASSILGO, Joaquim (1998) – *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.
- PINTASSILGO, Joaquim; COSTA, Rui Afonso da (2007) – *A construção histórica do tempo escolar em Portugal (Do final do séc. XIX às primeiras décadas do séc. XX)*. In *La escuela y sus escenarios*, Puerto de Santa Maria, CCA, p. 105-130.
- SANTOS, Maria José Moutinho (2010) – *A assistência aos menores no Porto na viragem do século XIX para o século XX: o Asilo-Escola/Internato Municipal*. In *Pobreza e Assistência no Espaço Ibérico (sécs. XVI-XX)*. CITCEM, 2010.
- (2012a) – *Da Via Dolorosa à Via Infamante. Menores e Justiça nos Finais da Monarquia*. In AGRA, Cândido, coord. – *A Criminologia um arquipélago Interdisciplinar*. Porto: U. Porto Editorial.
- (2012b) – *Memórias do Internato de S. João do Porto (1890-1974)*. Porto: Associação Protetora do ISJ.